

DOSSIÊ TEMÁTICO

NOTAS TECNOLÓGICAS E (TRANS)FEMINISTAS PARA (RE)
INVENTAR MATERNIDADESAline Gomes Tavares Matias¹María Antonella Barone²

Resumo: Neste artigo propomos problematizar o dispositivo da maternidade, bem como algumas normativas maquinadas para tentar definir uma categoria nomeada "mulher", a partir de nossas pesquisas com os corpos que gestam e as maternidades, bem como dos textos publicados no livro *Sangrias* (2019). Tratamos a maternidade enquanto dispositivo biopolítico, tecnologia que busca produzir e manter certos modos de vida em coerência com forjada lógica sexo-gênero, bem como a heterossexualidade compulsória, que serve a uma determinada sociedade capitalista neoliberal. Diante a esse cenário, apostamos em epistemologias transbordantes feministas de vida e de pesquisa que nos convocam a uma fluidez e transposição das fronteiras das categorias identitárias como forma de produzir escapes e outras configurações sobre gestações e maternagens, outras formas de vida. Apostamos na política ciborgue, proposta por Donna Haraway como tática de produção de outros e transitórios corpos, moventes e constituídos pautados no desejo ético, nos prazeres e na alegria como tática potente de (re)existir.

Palavras chaves: Dispositivo da maternidade. Gestações. Maternagens. Tecnopolíticas. Epistemologia (trans)feminista.


Introdução

Propomos problematizar o dispositivo da maternidade, bem como algumas normativas maquinadas para tentar definir uma categoria nomeada "mulher", a partir de nossas pesquisas com os corpos que gestam e as maternidades, bem como dos textos publicados no livro *Sangrias*^[1], lançado em maio de 2019.

Dispomos-nos a (re)pensar a maternidade como um dispositivo. Michel Foucault (2000) propõe o conceito de dispositivo como uma ferramenta analítica para uma série de elementos, “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares,

¹ Formada em Psicologia (FAESA). Especialista em Saúde Coletiva (EMESCAM). Mestranda em Psicologia Institucional (UFES). Pertencente ao Núcleo de Pesquisas em Sexualidades (NEPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: agtmatias@gmail.com

² Psicóloga. Mestre em Psicologia Institucional. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Componente do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA) pertencente ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em gênero e sexualidades – GEPSs/UFES.



leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT, 2000, p. 244) que, de modo complexo, articulam-se por meio de práticas discursivas e não-discursivas para produzir saberes, relações de poder e modos de subjetivação. Agamben (2005) situa que os dispositivos têm a capacidade de capturar, modelar, controlar e assegurar as condutas, opiniões gestos e discursos dos seres viventes. Se constituem máquinas de produção de subjetivação para determinados corpos.

Pretendemos, ainda, pôr em discussão uma temática pertinente ao terreno da Psicologia, que é o debate em torno à prática abortiva e os direitos sexuais e (não) reprodutivos. Isto, no que se refere à uma (se possível) autonomia sobre os corpos para insistir na urgência da necessidade de construir alianças e políticas públicas voltadas ao impedimento das mortes daqueles corpos cujas vidas são consideradas descartáveis (BUTLER, 2018).

Nesse sentido, procuramos nos dedicar na tarefa de desnaturalizar algumas tecnologias normativas, alguns dispositivos (im)postos para alguns corpos. Percebemos que, ainda na nossa sociedade (moderna e ocidentalizada), se faz uso de dispositivos (binários e excludentes), por exemplo, a categoria “mulher”, servem a fins biopolíticos de controle e administração dos corpos com capacidade de gestar, parir e/ou abortar.

Essa concepção, que envolve a construção da categoria “mulher” em nossa sociedade, é apontada por Simone de Beauvoir (1949) com a afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher”, é dizer da série de dispositivos que tramam modos de aprender, de sentir e pensar o que seria “ser mulher”. Simone de Beauvoir (1949) destaca o caráter construtivo dos corpos, tendo em vista que aquilo que se torna, o gênero, não precisa corresponder àquilo que se nomeia por alguém ao nascer, o sexo.

Judith Butler (2012), destaca que o gênero não é apenas um construto social a partir da diferença sexual, mas que a própria diferença sexual é uma construção de gênero, assim, o determinismo biológico - que é questionável -, é desvelado a partir das possibilidades culturais. Compartilhamos da perspectiva de Butler (2014) na compreensão do gênero enquanto performance dramatizada a partir de normas instituídas e reiteradamente repetidas sobre o corpo até serem tomadas como naturais. Aos corpos com útero são ensinados a performar uma a feminilidade, uma mulheridade, uma maternagem a fim de produzir a maternidade - eurocêntrica, branca, heterossexual, cisgênero - não só como desejo, mas como compulsoriedade.

Mesmo antes do nascimento, os corpos são interpelados pelas tecnologias biopolíticas. Em companhia de Judith Butler (2018), compreendemos biopolítica como os

poderes e tecnologias governamentais e não governamentais que buscam administrar a vida das populações, estabelecendo normas e medidas para categorizar como se deve viver, quais as vidas são autorizadas e merecem proteção e quais podem ser descartadas, aniquiladas.

Chamo de biopolítica os poderes que organizam a vida, incluindo aqueles que expõe diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para valorização diferencial da vida em si (BUTLER, 2018, p. 216).

Essas tecnologias tramam a vida a fim de produzir naturalidade e finalidades aos corpos para torná-los úteis à um modelo de sociedade. A performances de gênero como conhecemos atualmente foram forjadas a partir dos séculos XIX e XX, devido a revolução industrial e expansão do capitalismo, foi estratégico forjar finalidades política e produtiva aos corpos.

Consideramos que um corpo, por si só, não possui nada que o caracteriza enquanto um determinado gênero. Apesar dos discursos biológico/médicos determinarem que é a presença ou não de útero que categoriza um corpo como mulher ou homem, isso não parece ser uma verdade absoluta. O fato de ter um corpo com determinados órgãos, por exemplo, um útero, e/ou determinadas capacidades, como por exemplo, gestar, parir e/ou abortar, não caracteriza um corpo como mulher. De acordo com Heleieth Saffioti (1992), nesta sociedade, o corpo de uma “mulher” parece essencial para definir a sua situação no mundo, mas de modo algum seria suficiente para defini-la como uma mulher. O ser mulher está atrelado a um determinado comportamento, temperamento, porte, trejeitos.

Nesse sentido, “os papéis de gênero e as categorias a eles relacionadas são complementares, superpostas, pertencendo a um mesmo modo de funcionamento social” (ZANELLO; BUKOWITZ, 2011, s/p). Observamos que, nessa perspectiva, pautas pró-reprodução, pró-família, pró-casamento e anti-aborto ficcionadas pelos discursos religiosos, valores morais e culturais sobrepõe o lugar - também forjado - da biologia, nos aprisionando em determinadas identidades.

Mais uma vez, trazemos ao filósofo Michel Foucault (1987), a nossa conversa neste artigo, uma vez que nos oferece caras ferramentas para pensar como a sociedade impõe ao corpo condicionamentos e proibições numa tentativa de sujeitá-lo por meio de métodos que permitem um meticuloso controle de suas operações. Precisa-se, assim, de dispositivos que operem nesse mecanismo. As instituições, sejam as escolas, os hospitais, os presídios, operam sobre os corpos “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que

operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (1987, p. 119). Sobre os corpos com capacidade de gestar, parir e/ou abortar, esses mecanismos de controle do corpo e da sexualidade operam, não só sobre eles, senão também, nos potenciais corpos que se venham a (re) produzir.

Tendo em vistas as tramas biopolíticas na produção de corpos e subjetividades, nos é urgente questionar lógica identitária que produz categorias e finalidades, compreendendo que não existe essencialidade aos corpos, mas que esses são efeitos das tecnologias. Butler (2012) já nos sinaliza como o conceito de identidade é herdeiro de uma tradição metafísica ocidental pronunciada pela ideia de substância, de essência. A autora destaca que o gênero não é estável, também não seria um lócus operativo de onde procederiam os diferentes atos. Seguindo com as reflexões de Butler (1990), o tornar-se mulher ou o tornar-se homem, em nossa sociedade ainda binária, seria “obrigar o corpo a conformar-se com uma ideia histórica” (BUTLER, 1990, p. 300) do que seria “ser mulher” ou “ser homem”.

Ainda que as identidades tenham sido, em algum ponto, necessárias para produção certa proteção e de políticas públicas, precisamos borrar suas fronteiras, usá-las taticamente para composição de outras/novas alianças e, principalmente, abandoná-las quando incitar distanciamento, aprisionamento e morte de outros modos de existir.

À lógica identitária, binarista das relações heteronormativas e reprodutivas, a capacidade de gestar é tecnologia para a manutenção da suposta natureza entre os corpos com útero e a performance do feminino, além de substanciar esses corpos enquanto cuidadores, abnegados e dóceis. A desnaturalização desse ideário é urgente. É urgente porque restringe nossas possibilidades, porque causa sofrimento e adoecimento, porque e produz morte.

Pensemos nos corpos que são interpelados cotidianamente a caber em uma determinada normativa de gênero, em determinada identidade. Pensemos nos corpos com útero, mulheres cis ou homens trans e vidas que extrapolam o binarismo, que gestam sem desejar, mas são reiteradamente atravessados pelas redes de poder para tomar aquilo como natural, como dever de seu corpo e/ou constrangidos a não abortar devido a lógica de controle dos corpos e da reprodução. Pensemos nos corpos em prática de maternagem que são cobrados a fazê-lo de uma determinada maneira a fim de caber na mitologia materna de ser abnegado e sacralizado.

Consideramos que maternagem é um processo ficcionado que se dá como parte de uma construção social e que, como tal, não é atributo que concerne privativamente a alguns corpos. A capacidade de gestar e parir foi entrelaçada com o dispositivo da maternidade -



branca, burguesa e cisgênero -, de tal modo a produzir controle aos corpos a fim de naturalizá-los na função reprodutiva.

Nesse sentido, é compulsado o corpo a gestar, ao gestar é obrigado parir, ao parir deve-se ocupar-se abnegadamente dos cuidados e manutenção daquela vida para garantir que venha a ser adequado a sociedade. Mas percebemos ainda que, como explicita Emmanuel Theumer (2019) “uma fracassada promoção moral e penal da maternidade forçada sujeita todas as pessoas com capacidade gestante, cis e transgênera, a um estado de insegurança jurídica” (THEUMER, 2019, p. 93).

Importa destacar que os corpos racializados sofreram com os processos de esterilização compulsória, uma vez que, com a queda de natalidade dos brancos, seus produtos eram considerados inadequados ao modelo de sociedade produtiva e sua reprodução eram entendida como ameaça a supremacia branca, como nos afirma Angela Davis (2016, p. 223): “Enquanto as mulheres de minorias étnicas são encorajadas a se tornarem inférteis, as mulheres brancas que gozam condições econômicas prósperas são incentivadas, pelas mesmas forças a se reproduzir”.

Insistimos na necessidade de (re) pensar como processos diferenciados, a capacidade de gestar, parir e/ou abortar e o processo de maternagem. Isto é, refletir sobre como são produzidos discursos que se atrelam ao dispositivo da maternidade alguns corpos, sendo eles feminizados. Possuir um corpo com capacidades de gestar, parir e/ou abortar, não necessariamente se encaixa naquilo que nomeamos “mulher”. Pessoas que não “mulheres cis”, podem gestar e vir a desenvolver uma gravidez seguida de prática de parto ou prática de aborto. Assim, temos pessoas que se autodenominam como “homens trans”; “transmasculinas”; “corpos não binários” que podem ficar grávidos.

Isso não quer dizer que o dispositivo da maternidade que discutimos aqui, só inclua corporalidades que gestam, porque reconhecemos as possibilidades de esterilização, por exemplo, outros corpos que performam feminilidades e não gestam; as que atravessam processos de adoção de pessoas para maternar/paternar; e são também esses corpos que o dispositivo da maternidade interpela incisivamente.

Pensando nessas interpelações desde o nascimento, os homens trans, antes de se compreenderem enquanto homens, por exemplo, são requeridos pelo dispositivo de maternidade. Assim, os úteros estéreis, muitas vezes, são cobrados nesta “função” de serem mães, de alguma maneira. Mulheres trans também são interpeladas: “Eu, mulher transexual, quero ter filhos. Penso hoje em adotá-los. Não posso gestar, não posso parir. Já sonhei com transplante de útero, veja só, apenas para ter a possibilidade de passar pela experiência (...)”



Logo eu, que não posso parir, jamais lhe impediria de não fazê-lo" (FERRAZ, 2019, p. 60-61).

Temos um leque de possibilidades que versam multiplicidades de experiências nas suas singularidades. É por isso que nos sentimos provocadas e convocadas a questionar o dispositivo da maternidade que, ao mesmo tempo que se afirma com força e com o auxílio das mais diversas técnicas de controle sobre os corpos, abre-se a rachaduras que oportunizam outras maternagens possíveis.

Paul B. Preciado (2008) explicita que assistimos uma mutação do capitalismo, que não só se caracterizaria pela transformação do sexo em objeto de gestão política da vida (na concepção biopolítica de Foucault), senão que essa gestão será levada através das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado. Nesse sentido e segundo Emmanuel Theumer (2019, p. 93): “Poderíamos afirmar que nosso debate atual tem lugar em uma transformação sedimentada da experiência da gravidez, o sucessivo avanço do controle tecnológico sobre o corpo”. Controle esse que, baseado num conjunto de discursos tecnocientíficos, atravessam os modos de viver os processos de maternagem, por exemplo.

Essa transformação foi possível graças a um processo não acabado de purificação de saberes reprodutivos – transmitidos in extenso pela tradição oral das mulheres – em benefício da construção da ciência como autoridade enunciativa e de uma “saúde nacional” em mãos do Estado moderno (THEUMER, 2019, p. 94).

Rita Segato (2012) aponta para os efeitos do colonialismo sobre as relações de gênero. A autora afirma que se produz uma cristalização das epistemologias da colonialidade, que é reproduzida sistematicamente pelo Estado por meio de dinâmicas de controle sobre os corpos das mulheres latino-americanas, de modo particular. Dessa forma, através de instrumentos e normativas legisladas juridicamente que regem por meio de estratégias do poder disciplinar biomédico.

Apesar disso, precisamos (re) pensar acerca das normativas de sexo, gênero e sexualidade, sobre o dispositivo de maternidade e maternagem. Precisamos confabular sobre as possibilidades de uso dos nossos corpos, sobre táticas para nos assenhorear da gestão deles. É preciso movimentos e ruídos para produzir deslocamentos e diluição das fronteiras das tecnologias normalizadoras. Ainda que poder recobra reativamente nosso campo biopsicossocial, a vida acaba por escapar, por criar outras formas. Não devemos nos contentar com as relações e modos de vida já estabelecidas. Buscar movimentos que contradigam a sujeição da vida aos modos instituídos pelo poder é elemento fundamental das resistências. As resistências insurgem em correlação ao exercício de poder, são forças inventivas e

criativas que fogem à norma e criam rachaduras nos modelos instruídos (FOUCAULT, 2006a).

Em tempos de retrocessos, em que o poder busca intensivamente capturar e aniquilar a criação de outras formas de vida, discursos normalizadores e genocidas são reavivados, ganham força e amplitude. Volta-se a pautar a família burguesa-eurocêntrica-branca como centro de um ideal de sociedade, a consagrar uma suposta naturalidade dos corpos, destacamos aqui, os copos com útero, que são idilicamente atrelados a feminilidade, mulheridade e maternagem, volta-se a questionar os abortos já garantidos em lei, voltar-se a perseguir corpos em dissidência de gênero e sexualidade.

É então que a partir de uma produção de discursos sobre corpos e sexualidades, sobre feminilidades e masculinidades, instauram-se saberes e verdades de forma normatizada e cuidadosamente regulada. Dessa maneira, nos propomos refletir sobre: A que serve a normatização do gênero e sexualidade? A que serve a reiteração de construções institucionalizadas sobre a categoria mulher? A que serve a produção de feminilidade atrelada ao processo de maternagem? A que serve a lógica da categoria mulher atrelada a maternidade?

Maternagens possíveis: notas para profanar o dispositivo da maternidade

Estamos cansadas de ouvir, por exemplo, a expressão “mãe desnaturada”, isto é, aquela pessoa que, em uma situação nos modos de se relacionar com a progênie, não atua conforme a algumas normativas socialmente ficcionadas. Nesse sentido, e de acordo com uma pesquisa do ano 2015, apareceu em todas as entrevistas com mulheres o dispositivo da maternidade relacionado, majoritariamente, aos aspectos negativos. Se manifestaram vivências de uma abnegação completa de si e, senão, comparece a culpa por não ter cumprido o papel de “verdadeira mãe”. Nessa pesquisa, aparece destacado um sofrimento decorrente de não ter o reconhecimento dos filhos (42,8%), como assim também, “por não dar conta/não ter podido maternar (100%). A respeito de não conseguir exercer com excelência a função materna, no geral, essa posição de queixume apareceu como consequência do adoecimento, que atrapalha ou impede o exercício de cuidado dos filhos (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015, p. 242).

Citada pesquisa, nos permite observar, mais uma vez, “o quanto as questões geradoras de sofrimento psíquico tem sua base nos estereótipos de gênero” (ZANELLO; FIUZA;

COSTA, 2015, p. 245). Mas como foram engendrados esses contornos a maternidade/maternagem como conhecemos hoje?

Buscamos aqui apontar e analisar os discursos que atravessam e contribuem para a evocação de um ideal de maternidade (e de mulher) que remete à santidade, supostamente natural e próprio aos corpos com útero. Não se trata de questionar o amor construído na relação com o bebê, quando há desejo de investimento nessa relação de afeto e cuidado, mas tencionar a obrigação de ser mãe pelo simples fato de ter útero. Ainda, dos duros contornos dado ao ideal de maternagem que submetem a mãe à solidão, sofrimentos e modos de comportamentos atribuídos aquele papel.

Segundo Badinter (1985), no século XVIII era comum que as procriadoras enviassem seus bebês para serem amamentados e cuidados por amas de leite, retornando por volta dos quatro anos, quando não vinham a óbito. Algumas crianças eram cuidadas e amamentadas pelas amas de leite em suas próprias casas, porém com pouco contato com a genitora, ou ainda, eram abandonadas nas ‘rodas dos expostos’. Tais práticas eram comuns e não causavam nenhum drama ou desconforto social. O que transformou o procriar em modulador feroz do comportamento dos corpos que gestam, conhecido como maternidade?

A expansão do capitalismo demandou importantes mudanças políticas e sociais à família ^[2] burguesa do século XX. Enrijeceu-se a divisão entre o espaço público e privado, instituiu-se a família como baluarte da sociedade. Ao homem estabelece o âmbito público, do trabalho, que o torna mão de obra para as fábricas e provedor da família. À mulher consolida-se, no âmbito privado, o papel de cuidadora doce e dedicada do lar, do marido e dos filhos. Aos filhos, por conseguinte, - domesticados desde o nascimento às performances de gênero - se tornaram excedente de mão de obra, os meninos para o trabalho e as meninas para a manutenção do lar e procriação de mais mão de obra. A maternidade e o cuidado consolidam-se enquanto papel primordial da mulher, torna-se meta do casamento e sinônimo de mulher “bem-sucedida” (ZANELLO, 2018). “‘Eu sou mãe’, esta frase parece justificar a existência e proclamar uma identidade. Entretanto, o próprio feminino é uma criação social com suas características e atribuições, pois se instala, com esta denominação uma relação a um referente, a um modelo, do qual se destaca enquanto diferente” (SWAIN, 2007, p. 205).

A autora sustenta que reprodução esta ancorada em aspectos que constituem identidade, uma vez que a “auto imagem das mulheres é ainda tributária da maternidade para uma inserção plena no social. Ou seja, uma função orgânica é promovida em termos

simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo” (SWAIN, 2007, p. 204).


O ideal materno foi constituído por práticas discursivas, principalmente, da religião e da biologia/medicina. A partir da cultura religiosa ocidental, o ideal materno teve como modelo de mãe, pura e abnegada, Maria^[3], (VAZQUEZ, 2014). Esta representação religiosa

foi discursivamente criando modelo de feminilidade, mãe-perfeição, mãe-santa. Na teologia católica, a dores do parto são rebatimentos do ‘pecado original’ às mulheres, uma forma de se purificar e se aproximar de Maria. Assim, a religião construiu práticas discursivas de um sofrer natural às mulheres, de maternidade inatingível, santa. Ainda, como forma de reparar e diminuir a culpa do pecado original e a luxúria do ato sexual, cabia a mulher se tornar boa mãe, colocar a criança em primeiro lugar, ser recatada, compreensiva, suportar e sofrer calada. A maternidade vai tomando contorno de sagrado, purificadora da mulher pecadora.

Ao longo do século XX - concomitante ao fortalecimento do capitalismo - o consolidado “o século da criança”, a maternidade foi alvo de investimentos do discurso médico. Para fortalecer o papel da mulher como cuidadora e protetora da progênie - futura mão de obra -, a maternidade, para além da questão ficcional biológica, tomou status de continuação da espécie atrelado à afetividade, amor incondicional: maternal. Assim, as mulheres passaram a ter dupla tendência à maternidade: a biológica e a sentimental (BADINTER, 1985). A respeito, Philippe Arriès (1986) na sua obra História Social da Criança e da Família, delineia a história da infância e o surgimento da família moderna e nos diz:

É fácil compreender que essa invasão das sensibilidades pela infância tenha resultado nos fenômenos hoje melhor conhecidos do malthusianismo ou do controle da natalidade. Este último surgiu no século XVIII, no momento em que a família acabava de se reorganizar em torno da criança e erguia entre ela mesma e a sociedade o muro da vida privada” (ARRIÈS, 1986, p. 278).

Nesse sentido, a fim de garantir a saúde e bem-estar dos infantes, práticas da época - que distanciava a mulher do seu destino natural de mãe-santa-protetora - como o abandono nas ‘rodas dos expostos’ e a amamentação por amas de leite foram desqualificadas. A mulher-mãe passa a se ocupar e assumir os cuidados com os filhos e garantir sua saúde e bem-estar. Tal ocupação torna-se motivo de orgulho e desejo. Ressaltamos que não houve passividade daqueles corpos nesse processo. A gestação, a maternidade, a maternagem foram possibilidades táticas para ascender e ocupar lugar de prestígio e reconhecimento na sociedade da época.




Apesar de supostamente natural, careceram receber instrução e auxílio do saber médico/biológico, para aprender a ser uma boa mãe. Foram instaurados as inúmeras consultas e exames de pré-natal, medicalização do parto, normativas de cuidado, padrões de crescimento, entre outras práticas. Se não seguisse os padrões, era considerada mãe desnaturada. Nesse sentido, René Schérer e Guy Hocquenghem (1979), em sua obra: *Co-ire: Álbum Sistemático de la Infancia*, questionam sobre a necessidade de se fazer uma separação entre “os pais” a descendência, é dizer: “los padres no crean al hijo, del mismo modo tampoco son indispensables para su conservación” (SCHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 118). Os autores discorrem sobre as representações sobre uma pertença daquilo que se concebe, se gesta e se pare à progenitora e/ou progenitor. É dizer que, as representações que giram em torno ao nascimento, e ao que vai se construindo na representação de maternidade, devem ser analisadas à luz das contingências daquilo que chamamos concepção:

La biología contemporánea define el nacimiento como una serie de azares ingobernables, acontecimientos parciales carentes de finalidad. El niño se forma en el curso de una serie de contingencias, y la cantidad de posibles niños eliminados a lo largo de cada ciclo fecundo sólo podría ser expresada con una cifra de exponente astronómico. Que los padres y las madres, y hasta los médicos, estén persuadidos de poder establecer una continuidad de sus retoños a través de esta inmensa cantidad de accidentes es algo que sólo la fe puede explicar (SCHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 119).

Paulatinamente, o discurso dos especialistas (biomédico, psicólogos e outros) e religioso foram arraigando o ideal de maternidade/maternagem ao ter útero, à feminilidade, ao ser mulher. Toda mulher deveria se tornar mãe, protetora, cuidadora, generosa, abnegada, penitente. Tudo que transbordava a norma, todo desvio a esse padrão passou a ser taxado por bruxa, monstruosa, pecadora, desnaturada e/ou puta. Assim, a maternidade foi se configurando enquanto tecnologia biopolítica para produção normatividade, naturalidade e finalidade aos corpos, agora corpos máquinas de apógrafas de a uma categoria de gênero fixa, supostamente imutável e universal. Preciado (2015, p. 20) afirma que não existem, por si só, sexos e sexualidades, mas usos dos corpos “reconhecidos como naturais ou taxados de desviantes. E não vale a pena sacar sua última carta transcendental: a maternidade como diferença essencial. A maternidade não é nada mais que um uso possível do corpo, dentre outros, não é garantia de diferença sexual nem feminilidade”.

As tecnologias biopolíticas afetam e compõem, de forma heterogênea, as relações sociais, da sexualidade, da reprodução. O vínculo entre a sexualidade e a instrumentalidade (enquanto visão que concebe o corpo como máquina da satisfação e da utilidade) são visíveis em nossa história sociobiológica forjada hierarquicamente. O corpo máquina é atravessado



pelos mitos high tech - que tem como elementos principais o sexo, gênero, a sexualidade e a reprodução - na busca à regular e limitar nossas subjetividades, como destaca Donna Haraway: “O sexo, a sexualidade e a reprodução são atores centrais nos sistemas mitológicos high-tech que estruturam a nossa imaginação sobre nossas possibilidades pessoais e sociais” (HARAWAY, 2019, p.185).

Essas maquinações entre relações sociais, ciência e tecnologias produzem e reforçam modos universais de vida. Corpo, sexo, gênero e sexualidade, em seus usos e funções, são aprisionados a categorias de identitárias binárias. A partir de uma matriz masculina, aos corpos com pênis engendra-se um modelo universal homem, branco-heteronormativo, viril, destinados a ser provedor, procriador. Aos corpos com útero um modelo de ser mulher, branca, feminina, destinada a maternidade e maternagem.

Destacamos que o dispositivo de maternidade e suas tecnologias atravessam os diferentes corpos a fim de gerir as vidas, contudo, é preciso considerar que esses atravessamentos ocorrem com diferenciação. Os corpos racializados como as mulheres negras e indígenas, por exemplo, conforme destaca Paula Gonzaga (2015), que o modelo de maternidade compulsória foi imposto diferencialmente às mulheres brancas, uma vez que foram obrigadas sistematicamente a manter as gestações e exercer essa função de maternagem como intrínseca às mulheres. A autora prossegue e nos diz que isso é diferente para mulheres não brancas e escravizadas, as quais passaram pelo processo de obrigatoriedade da maternidade, dos filhos de outrem “com a manutenção da representação da ‘mãe preta’, facilmente reconhecível nas empregadas domésticas presentes em muitas casas de classe média, onde são responsáveis pela criação dos filhos brancos das senhoras, enquanto os seus se criam no mundo (GONZAGA, 2015, p. 42-43).

Assim é fundamental pensarmos os múltiplos elementos; raças, classes e gêneros; que entrecruzam as diversas vivências a fim de não pautamos nossas análises de modo reducionistas e universalizantes. “O aborto não é só uma recusa à maternidade, pode ser, mas não é só. Os corpos sangram nas suas singularidades interseccionadas com suas condições” (BARONE, 2018, p. 75). Nesse sentido, importa destacar a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; RIBEIRO, 2016; NOGUEIRA, 2017; PUAR, 2013) como um conceito e como ferramenta de ação política que permite abordar as consequências dinâmicas e estruturais na interação das categorias raça, etnia, classe, gênero, orientação sexual, entre outras. Mencionadas categorias ou marcadores, vão estruturando algumas posições de determinados corpos que criariam situações de desigualdades. Destacamos que as mesmas não são meramente atributos dos sujeitos ou entidades per se, senão que “as categorias raça,

classe, gênero, sexualidade são consideradas eventos, ações, encontros entre corpos” (PUAR, 2013, p. 358).

Assim, para falarmos da maternidade em suas multiplicidades, precisamos ter em vista a diluição da categoria identitárias universalizantes mulher, homem e espreitar suas práticas singulares. Como afirma Paul B. Preciado:

Significa que, de la nación, como del género, hay que empezar por dimitir. Renunciar a la anatomía como destino y a la historia como prescriptora de contenidos doctrinales. Renunciar al cuerpo, a la sangre y al suelo como ley. Ni la identidad nacional ni la identidad de género pueden ser origen o fin de un proceso político. No pueden ser ni fundamento ni teleología. En la nación, como en el género, no hay verdades ontológicas ni necesidades empíricas de las que puedan derivarse pertenencias o demarcaciones. No hay nada que verificar o que demostrar, todo está por experimentar. Como el género, la nación no existe fuera de las prácticas colectivas que la imaginan y la construyen. La batalla, por tanto, comienza con la des-identificación, con la desobediencia, y no con la identidad. Rayando el mapa, borrando el nombre, para proponer otros mapas, otros nombres que evidencien su condición de ficción pactada. Ficciones que nos permita fabricar la libertad (PRECIADO, 2015, s/p).

Essas maquinações ficcionadas entre relações sociais, ciência e tecnologias produzem e reforçam modos universais de vida. Corpo, sexo, gênero e sexualidade, em seus usos e funções, são aprisionados a categorias binárias (e opositivas). A partir de uma matriz masculina, aos corpos com pênis engendra-se um modelo universal homem, branco-heteronormativo, viril, destinados a ser provedores, procriadores. Aos corpos com útero um modelo de ser mulher, feminina, destinada a ser mãe. Corpos com útero, corpos racializados e/ou em dissidência de gênero, sexo e/ou sexualidade tornam-se o outro que devem buscar se adequar para caber nas identidades. Excessos, escapes, quimeras são ameaças e ferozmente combatidas por uma política de guerra, genocida.

Nossa aposta é profanar dispositivo tecnológico de maternidade, desnaturalizar o sagrado e restituir ao uso comum, conseqüentemente, produzir ruídos, borrar as fronteiras identitárias, visibilizar outras multiplicidades, outros modos de ser, viver e existir. Em coalizão com Donna Haraway (2019), em meio às tramas high tech, apostamos na política ciborgue. O ciborgue é quimera, organismo híbrido de máquina e organismo, criatura de realidade social vivida, mas, também, ficção. Com realidade social, Haraway quer dizer relações sociais vividas, nossa construção política e mais importante, “significa uma ficção capaz de mudar o mundo” (HARAWAY, 2019, p. 157-158).

O ciborgue é criatura (animal e máquina) habitante de um mundo que é, de forma ambígua orgânicas e fabricadas. O ciborgue não se encanta pela narrativa de origem, pela totalidade orgânica. O mito ciborgue, proposto pela autora, “significa fronteiras

transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades” (HARAWAY, 2019, p. 164). O ciborgue é o ‘eu’ - pessoal e coletivo - que se permite montar e desmontar, realizar acoplamentos e desacoplamentos (de acordo a nossos prazeres), que transgridem as fronteiras mitológicas das identidades, que tornam as categorias mulher e homem extremamente problemáticos, instáveis, caóticos.


Esses ciborgues estão ativamente reeditando os textos de seus corpos e das sociedades high techs, hackeando o sistema para ampliar as táticas de (re) existências. O corpo ciborgue assume o supostamente natural como ironia. “A ironia tem a ver com contradições que não se resolve - ainda que dialeticamente - em totalidades mais amplas: ela tem a ver com a tensão de manter juntas coisas incompatíveis, porque todas são necessárias e verdades. A ironia tem a ver com o humor e o jogo sério” (HARAWAY, 2019, p.157). O prazer, a alegria, a invenção deixam de ser proibidos para contribuir como aspecto de subjetivação e corporização.

Apostamos, assim, em uma política de uso dos corpos e dos prazeres como rastro metodológico de vida e de pesquisa, na qual não há limites, apenas fronteiras, prontas a serem ampliadas, borradas, construídas e desconstruídas. Uma política que nos permita cotidianamente acoplar e desacoplar tecnologias aos nossos corpos máquina, elementos que potencializem nossas alegrias, prazeres, nossas possibilidades de ser e (re) existir.

Com as maternidades desejadas apostamos na vida em suas multiplicidades, no uso nossos corpos para gestar, parir, abortar, maternar, viver nossas sexualidades e nos relacionar, conforme os desejos éticos de nossos corpos e subjetividades e não mais como nos foi obstinado. Sejamos, então, ciborgues em práticas de liberdades, causando pane ao sistema, explorando nossas possibilidades, reeditando nossas vidas e nossas histórias.

(Re)inventando a vida na pesquisa: sobre epistemologias (trans)feministas

Pesquisar sobre gênero e sexualidades, nos coloca ante desafios epistemológicos e metodológicos que nos exige um exercício de atenção e (re)invenção constante. Seguimos algumas pistas e lembramos das notas que elabora Paul B. Preciado (2015, p. 20): “Para falar de sexo, de gênero e sexualidade, é necessário começar por um ato de ruptura epistemológica”. Para isso, continua o autor, é necessário desertar, fugir completamente da linguagem da diferença e da identidade sexual, porque “o sexo e a sexualidade não são propriedade essencial do sujeito, mas sim, produto de diversas tecnologias sociais e discursivas, de práticas políticas de gestão da verdade e da vida” (p. 20). Isto requer afirmar



as multiplicidades da vida e suas constantes (re)invenções e expansão. Exercício que nos demanda um posicionamento interessado, comprometido e implicado de pesquisa. Demanda, à comunidade acadêmica, (re)pensar nas metodologias que transbordam os paradigmas e procedimento de uma dita Ciência. Essa que, com letra maiúscula, se pretende verdadeira e universal, caracterizada pela isenção, neutralidade, objetividade, e acaba por produzir outras formas de regulação e governo da vida, limitando suas potencialidades. É indispensável considerar que a uma certa ciência foi dada legitimidade; aquela forjada a partir de interesses (políticos, sociais, econômicos) que pretendiam (e ainda pretendem) universalizar a humanidade, a que, em sua maquinação, contou com uma pequena parte dessa humanidade, àquela Ciência feita por homens, brancos, ocidentais, burgueses. Senão ainda, e se torna preciso dizer, de mulheres feministas brancas europeias e estadunidenses.

Em nossas afetações e invenções de vida e de pesquisa apostamos na composição com uma epistemologia (trans)feminista e latinoamericana. Isto significa compreender que “nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra. A pesquisa feminista é, então assumidamente, uma pesquisa interessada e comprometida, ela fala a partir de um dado lugar (LOURO, 1997, p. 143)”. Nossa aposta é ir a contra-pelo. É atentar-se às histórias invisibilizadas, as não contadas, que não interessam, as que foram silenciadas.

Não se tratar insinuar uma posição de revanchismo, Guacira Lopes Louro (1997), nos sinaliza que o feminismo, com a incorporação das mulheres acoplou outras descobertas e perspectivas históricas, também de outros grupos em situação de subalternização, que acarretam problematizações que provocaram (e provocam) tremores e ruídos às categorias identitárias maquinadas pela Ciência hegemônica. “A subversão que essas incorporações e, principalmente, que os questionamentos feministas vão trazer para o pensamento terá como resultado uma transformação epistemológica, uma transformação no modo de construção, na agência e nos domínios do conhecimento (LOURO, 1997, p. 148)”.

A epistemologia feministas nos exigem mais do que uma vida e pesquisa superficial, comedida, de interesse, de recorte temático. Exigem que estejamos atentas para permitirmos desconfiar das afirmações que proliferam determinados discursos e para não cair nas armadilhas de legitimar as mesmas práticas que questionamos, incluindo afirmações de alguns feminismos. Nesse sentido, nos colocamos na pista, nos somando a negociação e renegociação de saberes e posições, na escuta ativa e sensível que permite nos tornar permeáveis para as críticas. Questionar nossas próprias práticas de pesquisa, é uma responsabilidade coletiva. Nos somamos às forças dos contradispositivos, das resistências,

sobretudo, transbordando as epistemologias que utilizamos, para atentar às colonialidades que ainda operam na nossa América Latina (LUGONES, 2008; 2010).

Atentarmos aos desafios epistemológicos da pesquisa feminista é uma tarefa complexa que transborda as metodologias possíveis, nos alerta Guacira (1997). Nos implica as emoções, os afetos e uma aposta inteira, arriscada, já que não dispomos de recomendações metodológicas que nos direcione caminhos e ou garanta bons resultados. E, talvez, essa seja a grande euforia dessa aposta de reinvenção da vida e da pesquisa: as possibilidades criativas que transbordam.

Com nossa pesquisa (trans)feminista com as maternidades desejadas e as múltiplas possibilidades dos corpos em abortar, gestar, parir, cuidar, e tantas outras, intentamos a reiterada profanação os modos consagrados de vidas, como também de fazer ciência. Queremos escapar das certezas definitivas e afirmar a provisoriedade da vida e das verdades do processo de investigação. Sem garantias, sem caminhos a seguir, com aproximações aos debates teóricos metodológicos e categorias cambiantes, espreitamos os rastros metodológicos que nos lançam em meio a subversão das matrizes de pensamento para acolher a fluidez e força inventiva da vida.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** In: Outra travessia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- ARRIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman, 2º ed.: Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARONE, Maria Antonella. Senhoras de si: **Problematizando as incidências das biopolíticas nos corpos que sangram e co-produzindo narrativas que (re)inventam a vida a partir da prática do aborto**. 2018. 161 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fato e mitos**. Tradução Sérgio Millet. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. (Publicado originalmente em francês, em 1949). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. v. 2.

BUTLER, Judith. **Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista.** In: CASE, Sue-Ellen (Org.). *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre.* Baltimore: Johns Hopkins, 1990. p. 296-314.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a políticas das ruas:** Notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHÉRER, René y HOCQUENGHEM, Guy. **Álbum Sistemático de la Infancia.** Traducción al español por Alberto Cardín. Anagrama: Barcelona, 1979.

CRENSHAW, Kimberlé. **Why intersectionality can't wait.** Site do jornalwashingtonpost.com em 24/09/2015. Tradução de Bia Cardoso para as Bloqueias Feministas.2015. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/10/porque-ainterseccionalidade-nao-pode-esperar/>>. Acesso em junho de 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRAZ, Alessandra Pin. **E eu, que não posso parir, entendo seu direito de não fazê-lo.** In: BARONE, María Antonellla; DE BARROS SOUZA, Beatriz (Orgs.). *Sangrias.* Vitória: Pedregulho Editora, 2019, p. 59-61. Disponível em: <<https://www.editorapedregulho.com.br/downloads>>. Acesso em junho de 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONZAGA, Paula R. B. **Eu quero ter esse direito a escolha:** formações discursivas e itinerários abortivos. 2015. 150 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filodofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 2015.

HARAWAY, D. **Manifesto ciborgue:** ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 156-210.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, María. **Colonialidad y género.** *Tábula Rasa*, N°9, 2008, Pp 73-101.

LUGONES, María. **Hacia un feminismo descolonial.** *Hypatia*. Vol. 25 N°4.

MATIAS, Aline. G. T. **Gritaram-nos bruxas, santas, mães, loucas, aborteiras.... Nós gritamos livres!** In: BARONE, María Antonella; DE BARROS SOUZA, Beatriz. *Sangrias.*

Vol. 02, N. 02, Abr. - Jun., 2019 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh



Vitória: Pedregulho Editora, 2019, p. 73-80. Disponível em: <<https://www.editorapedregulho.com.br/downloads>>. Acesso em junho de 2019.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador da Bahia, Brasil: Editora Devires, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Catalunya Trans**. Blog Parole de Queer publicado el 18 enero de 2015. Disponível em: <<http://paroledequeer.blogspot.com.br/2015/01/catalunya-trans-por-paul-b-preciado.html>>. Acesso em junho 2019.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo**. Caixa Pandemia de Cordéis, N-1 edições, São Paulo, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Testo Yonqui**. Editora Espasa Calpe: Madrid, España, 2008.

PUAR, Jasbir. **Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa**: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. Meritum, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez. 2013b.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro e Filosofia In Mulheres na Política**. Curso on-line de formação livre: labexperimental.org. Publicado el 2 feb. 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>>. Acesso em maio de 2019.

SAFFIOTI, Heleith. **Rearticulando gênero e classe social**. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade: Porto Alegre, 1990. v. 15, n. 2, p. 71-99.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: Oliveira Ruggi, Lennita; Barboza, Rose. **18 | 2012 : Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**. Jornal OpenEdition, E-cadernos ces [online], 01 de dezembro 2012. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533>>. Acesso em junho de 2019.

SWAIN, Tania Navarro. **Meu corpo é um útero?** Reflexões sobre procriação e Maternidade. In: Feminismo e Maternidade: Diálogos Interdisciplinares. Cristina Stevens (Org.). Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

THEUMER, E. **O útero tomado de assalto**. In: BARONE, María Antonella.; DE BARROS SOUZA, Beatriz. (Orgs). Sangrias. Vitória: Pedregulho Editora, 2019, p. 93-91. Disponível em: <<https://www.editorapedregulho.com.br/downloads>>. Acesso em junho de 2019.

VAZQUEZ, Georgiane G. H. **Sobre modos de produzir as mães**: Notas sobre a normatização da maternidade. Ponta Grossa, Paraná: Revista Mosaico, v.7, 2014.

ZANELLO, Valeska.; BUKOWITZ, Bruna. **Loucura e cultura**: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. Revista Labrys Estudos Feministas. v. 20-21, Vol. 02, N. 02, Abr. - Jun., 2019 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh



julho /dezembro, 2011. Disponível em: <

<http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>>. Acesso em: maio de 2019.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. **Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico**. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, dez. 2015. Disponível em <<http://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5074>>. Acesso em maio 2019.

[1] Sangrias, um livro sobre aborto. Coletânea organizada por Beatriz de Barros Souza e María Antonella Barone. Pedregulho Editora: Vitória, ES, 2019. E-book disponível em: <<https://www.editorapedregulho.com.br/downloads>>.

[2] Refere-se à família branca e burguesa. A população negra manteve, por algum tempo, suas tradições, inclusive de outras formas de cuidados com as crianças não mãe-cêntrico (ZANELLO, 2018).

[3] Refere-se Maria, mãe de Jesus, conforme teologia católica.

Notas tecnopolíticas y (trans)feministas para (re) inventar maternidades

Resumen: En este artículo problematizamos el dispositivo de la maternidad, así como también, algunas normativas maquinadas para intentar definir una categoría nombrada “mujer”, a partir de nuestros trabajos de investigación con los cuerpos con capacidad de gestar y las maternidades, y de los textos publicados en el libro Sangrias (2019). Abordamos la maternidad como dispositivo biopolítico, tecnología que busca producir y mantener ciertos modos de vida en una coherencia forjada del sistema sexo-género que, con la hetero(cis)sexualidad compulsoria, sirve a una determinada configuración social, capitalista y neoliberal. En este panorama, apostamos a las epistemologías transbordantes y feministas de vida y en la investigación, que nos colocan ante desafíos en la transposición de fronteras categóricas e identitarias como forma de producir escapes y otras configuraciones sobre gestaciones y maternajes. Nos auxiliamos con la política ciborgueana, propuesta por Donna Haraway como táctica de producción de otros cuerpos, transitorios, fluidos, mutantes y contruidos con pauta en los deseos éticos, en los placeres y en la alegría como táctica potente de (re)existir.

Palavras chaves: Dispositivo maternidad. Gestaciones. Maternajes. Tecnopolíticas. Epistemología (trans)feminista.

Technopolitical and (trans) feminist notes for (re) inventing maternities

Abstract: In this article, we propose to problematize the dispositif of motherhood, as well as some normative that try to define a category named "woman", from our researches with the gestating bodies and the maternities, as also the texts published in the book Sangrias (2019). We approach motherhood as a biopolitical device, a technology that seeks to produce and to maintain certain ways of life, with sex-gender logic and compulsory heterosexuality, that serves a particular specific neoliberal's society. In this scenario, we lean on feminist epistemologies of life and research that call us to bet on the fluidity and crossing of the boundaries of identity categories, as a way of producing escapes and other configurations of pregnancies and motherings. We bet on cyborg politics, proposed by Donna Haraway as a tactic of producing others and transient, moving and constituted bodies, based on ethical desire, pleasures and joy as a powerful tactic of (re)existing.

Keywords: Dispositif of motherhood. Pregnancies. Motherings. Technopolitics. (trans)Feminist epistemologies.

Recebido em: 15/10/2019

Aceito em: 05/12/2019